



Índice

- Editorial
- Atividade Inspetiva
- A Voz da Inspetora
- A Voz do Diretor
- A Voz do Investigador
- Notícias
- Sugestões de Leitura
- Aconteceu...

Editorial

Este nº 3 do Boletim Informativo “IntervIRE”, da iniciativa da Inspeção Regional de Educação, dedicamos às escolas básicas (dos 2º e 3º ciclos) e secundárias num quadro que visa a promoção de um ensino de qualidade e sucesso para todos os alunos ao longo dos 12 anos de escolaridade obrigatória.

Assim sendo, neste boletim informativo e nos seguintes debruçar-nos-emos sobre a centralidade do currículo na escola, a implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular, as ofertas educativas e formativas disponibilizadas pelas escolas de forma a responder ao conjunto de competências subjacentes ao perfil dos alunos no final da escolaridade obrigatória.

E porque essas competências reportam-se não só a um conjunto sólido de conhecimentos, mas também a capacidades, atitudes e valores incidiremos ainda sobre os projetos e atividades promovidas pela escola no quadro do seu projeto educativo. Neste âmbito, recordemos o estudo que está a ser desenvolvido pela Inspeção Regional de Educação, sobre a Formação Pessoal e Social nas escolas dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico da Região Autónoma da Madeira e que tem como objetivo a formação global dos alunos numa perspetiva de educação para a cidadania,



Jorge Morgado

Inspeção Regional de Educação

subsumida nas suas diversas dimensões e destas sobressai a cidadania enquanto princípio de construção identitária, integradora e inclusiva de um conjunto de valores estruturantes para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, em função das necessidades e problemas específicos de cada comunidade educativa, em articulação e em resposta a objetivos definidos em cada projeto educativo de escola.

E nesta centralidade da organização educativa atendemos ainda à dimensão da inclusão, aos papéis dos titulares dos órgãos de direção e gestão das escolas, ao espaço das estruturas de gestão intermédia, às questões de liderança no privilegiar da resposta da escola à comunidade educativa e na valorização dos seus atores em prol da melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos e das crianças.

Atividade Inspetiva



Num balanço ao ano de 2017 e tendo como base de análise o tempo ocupado pelos inspetores nos diversos projetos constantes do Plano de Atividades da Inspeção Regional de Educação, o trabalho desenvolvido distribuiu-se essencialmente pelo programa de *Ação Disciplinar e Provedoria* que ocupou 57% dos dias de trabalho dos inspetores, de *Acompanhamento* subsumido no projeto de *Desenvolvimento das Aprendizagens*, com 7%,

de *Controlo*, constituído pelos projetos de *Avaliação Externa das Aprendizagens e Condições de Funcionamento do Ano Letivo* também com 7% do tempo despendido pelos inspetores e finalmente, os programas de *Estudos e Auditoria* que ocuparam, cada um deles, respetivamente 6%, e 3%. Os restantes 20% distribuíram-se pelos programas de *Administração, Gestão e Informação, e Formação e Gestão de Conhecimento - Desenvolvimento de Competências*.

A Voz da Inspetora

Falando de Inspeção...



Noélia Campos
Inspetora

Em Portugal, a inspeção, no que respeita à educação, desde a institucionalização da “Inspeção do Ensino” que foi feita após a criação do 1º Ministério de Instrução Pública em 1870, tem vindo a assumir papéis diferentes com diversos propósitos. Se em determinadas épocas foi marcada pelas funções de controlo, outras houve em que assumiu o acompanhamento das escolas nas mais diversas áreas.

A este propósito e no seu aturado estudo da História da Inspeção em Portugal, o Inspetor Henriques Carneiro entendeu “... que seria mais acertado não nos sujeitarmos a qualquer delimitação conceptual, aceitando como inspeção o que, em determinada época, possa ter tido um sentido afim ao de inspecionar, tal como acontece com qualquer destes termos: ... *aferir – ajuizar – analisar – animar – apoiar – aquilatar – auxiliar – avaliar – averiguar – conciliar – controlar – coordenar – dinamizar – dirigir – dirimir – discernir – discutir – estimular – examinar – fiscalizar – formar – guiar – implementar – incitar – influenciar – inquirir – intervir – investir – julgar – motivar – observar – orientar – ouvir*

– *participar – reforçar – reparar – repor – revisitar – superintender – testemunhar – transmitir – velar – verificar – vigiar – vistoriar... No entanto, há que associar a estes propósitos algumas das intenções mais recentes, como as que envolvem atitudes de: ... diálogo – supervisão – auditoria – assessoria – direcção – gestão...”.*

Em 2007, no Prefácio do 3º volume da História d’A Inspeção do Ensino em Portugal – Durante a I República, de A. Henriques Carneiro, José Maria Azevedo, ex-Inspetor-Geral de Educação, após constatar que “À inspeção ou às inspeções de ensino foram sendo atribuídas, na época em estudo, funções múltiplas...”, aponta a diversidade de programas em que hoje se move a inspeção: “Uma análise, mesmo que sumária, dos planos e dos relatórios de atividade da Inspeção-Geral da Educação, por exemplo dos últimos dez anos, permite perceber como varia o peso atribuído às diversas formas de intervenção, sob a designação programática de acompanhamento, auditoria, controlo, fiscalização, aferição ou avaliação, para além das matérias disciplinares.”

Na Região, com o Decreto Regulamentar Regional n.º 1/82/M, de 29 de janeiro, que aprovou a orgânica da Secretaria Regional da Educação e Cultura, face ao alargamento do âmbito da ação desse departamento, dada a regionalização ocorrida nesta matéria e no quadro das alterações legais promovidas, foram criadas as inspeções pedagógica e administrativo-financeira na dependência respetivamente das Direções Regionais de Ensino e Finanças, Administração e Pessoal.

Em 1997 é publicado o Decreto Regulamentar Regional n.º 6/97/M, de 17 de março, que aprovou a orgânica da Secretaria Regional de Educação, em que se prevê o departamento da Inspeção Regional de Educação sob dependência do Gabinete do Secretário, sendo de salientar que com o XII Governo Regional o Decreto Regulamentar Regional que aprovou a orgânica desta Secretaria, consubstanciou a passagem da inspeção para serviço diretamente dependente do Secretário Regional.

Tendo como principal missão da sua ação a escola como organização educativa, assume como prioritária a qualidade da educação das crianças e do ensino dos alunos, numa perspetiva de educação para todos, de direitos humanos e de inclusão.

Nos últimos anos, os procedimentos da inspeção passaram a abranger os programas de provedoria, de contraordenação e de estudos, para além dos tradicionais programas de controlo, acompanhamento, auditoria e ação disciplinar.

A esta multiplicidade, em que o inspetor de educação desenvolve o seu trabalho, junta-se a complexidade de um sistema de ensino feito de avanços e recuos, de alterações constantes à legislação que o rege, à constante alteração das matrizes curriculares dos diversos níveis e modalidades de ensino, dos currículos das disciplinas, metas curriculares, perfis de alunos, experiências pedagógicas, entre outras variantes.

Assim, ser inspetor de educação, e porque o número 3 deste boletim IntervIRE se reporta, neste caso particular, aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, torna-se um grande desafio dada a multiplicidade e complexidade da realidade, pelo que é imperativo que se criem cada vez mais espaços de formação.

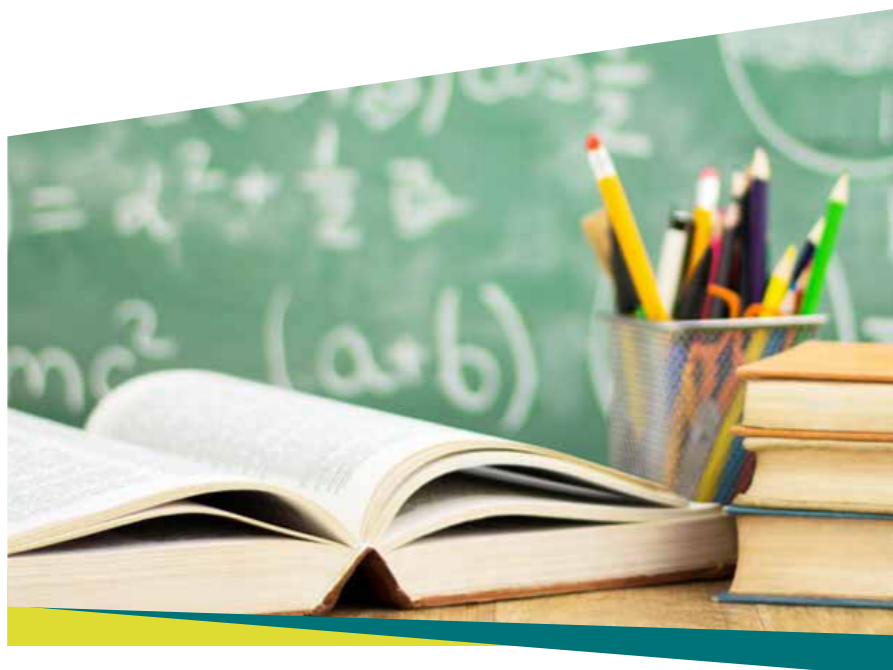
A nível do espaço europeu, tornou-se pertinente e emergente, em 1995, a criação de uma associação de inspeções nacionais e regionais – a SICI - Conferência Permanente das Inspeções Regionais e Gerais de Educação, da qual Portugal e as Regiões Autónomas são membros. Os objetivos específicos da SICI passam por apoiar a melhoria das inspeções e a competência profissional dos inspetores, promover e apoiar parcerias e a cooperação entre inspeções e participar ativamente no debate internacional acerca da avaliação e a melhoria da qualidade na educação.

Estes objetivos são realizados através de uma Conferência e Assembleia Geral Anual e de três ou quatro workshops anuais, nos quais Portugal e as Regiões Autónomas têm participado, tendo sido também anfitriões.

Importa, assim, à Inspeção Regional de Educação da Região, atender ao contexto europeu e promover parcerias e partilhas de experiências com as suas congéneres Inspeção Geral da Educação e Ciência do Ministério da Educação e Inspeção Regional de Educação da Região Autónoma dos Açores.

É neste espaço macro e micro que se move o inspetor, na centralidade da escola como organização educativa e no seu papel em contribuir para a melhoria da resposta do estabelecimento de ensino no quadro do seu projeto à comunidade educativa.

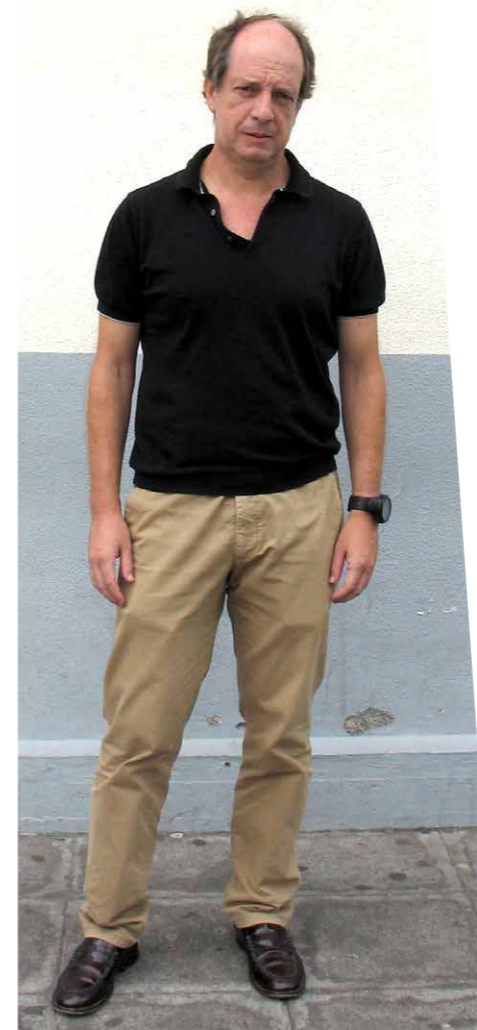
Assim sendo, termino corroborando a temática do workshop ocorrido no Porto em 2012, sob a égide “Inspeções inovadoras para valorizar escolas inovadoras.”



Saber, inovar e amar: Uma fórmula para Educação

“A educação é uma coisa admirável, mas é bom recordar que nada do que vale a pena saber pode ser ensinado.”

Oscar Wilde



António Mendonça
Presidente do Conselho Executivo da
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do
Estreito de Câmara de Lobos

Vivemos numa inquietude constante em satisfazer alunos, encarregados de educação e profissionais da educação. Nesta (con)vivência diária entre projetos, legislações e seres humanos procuramos a resposta certa para cada necessidade, seja de conhecimento ou de alimento. Quando planeamos uma oferta formativa, nas escolas de 2.º e 3.º ciclos, temos em conta o facto de os nossos jovens, na sua maioria, já terem nascido no século XXI. E que importância tem este facto?... São jovens nascidos numa era tecnológica, em que a caneta foi substituída pelo teclado ou até pelo pressionar do dedo sobre um ecrã, em que o bloco de notas foi substituído pela fotografia. Sabemos que a maioria dos empregos destes jovens ainda não existe e que o nosso compromisso como professores, educadores

e gestores é tão simples como o de munir os alunos com as ferramentas necessárias e diversificadas para que possam adaptar-se ao futuro. A informação e o acesso ao conhecimento nunca se tornou tão fácil, mas ao mesmo tempo perturbador pela incapacidade que personalidades em construção possam fazer na sua utilização. Filtrar, refletir sobre que é verdadeiramente relevante para a formação e evolução de um indivíduo, por contraste com o imediatismo e o instantâneo dos nossos dias em função da profusão de cyber- relacionamentos e gigas de cyber-lixo.

Então urge que se reflita sobre o currículo do século XXI e o projeto de autonomia e flexibilidade curricular agora implementado. Este é e será um dos caminhos para a educação em que os conhecimentos, as capacidades, as atitudes e os valores se entrelaçam confluindo para a formação dos jovens portugueses do nosso tempo, apelando-se à sua capacidade



muitos de nós conhecemos e concebemos, no entanto, a este continuará a recair a responsabilidade da partilha do saber, de regular e criar ambientes estimulantes de aprendizagem, definindo prioridades e indicando novas possibilidades. A tudo isto junta-se uma enorme dose de responsabilidade e espírito de missão onde o amor à causa foi e será imutável.

Os métodos de aprendizagem cooperativa e colaborativa, já testados, comprovam-se ser uma das formas mais atrativas para os alunos deste século. A formação dos nossos docentes é importante nesta área didática e na avaliação dos alunos. Se queremos que os alunos aprendam com prazer e se sintam compensados neste processo é necessário fazer do aprender uma paixão. É importante

mostrar-lhes não só o valor do conhecimento mas a audácia e a adaptabilidade que requerem da sua parte uma consciência humanista.

Na escola pública proporciona-se as mesmas oportunidades para todos os alunos, mesmo sabendo que independentemente do método ou do contexto os seus ritmos e motivações serão sempre diferentes. A escola em função do seu contexto deverá ser corajosa nos seus projetos, sólida nos seus argumentos e eficaz na sua ação. Uma comunidade educativa esclarecida e equipas de trabalho motivadas para que a “fórmula mágica” atue.

Formar seres humanos está dentro de cada um de nós, porque não se ensina a amar... ama-se! Não se ensinam valores... valoriza-se!

reflexiva e empreendedora. O saber compartimentado acabou! Por exemplo, a matemática está no português, na físico-química, na música. Se nós pedirmos aos alunos, em educação física, que se dividam em duas equipas, com número par, para um jogo de andebol, eles têm de ter esse conhecimento interiorizado e caso não o tenham nós teremos que voltar a falar dele. Se esta lacuna, verificada pelo docente, for partilhada com os restantes, poderão todos reforçar nas suas disciplinas a noção de par e impar.

Inovar, experimentar, partilhar novas metodologias, novos projectos são desafios que a escola deve abraçar. O ensino tradicional, em que o professor é o único detentor de todo o saber e o aluno o ser que absorve e debita a informação veiculada, acabou na forma tradicional como



Mudar o paradigma



Nuno Jardim

Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Dr. Eduardo Brazão de Castro

No longínquo ano de 1992, mais precisamente a 27 de fevereiro, foi criada a Escola Básica e Secundária do Galeão através da Portaria n.º31/92. O argumento utilizado à época, foi o crescimento da população escolar da Região Autónoma da Madeira, sendo importante a criação de estruturas para fazer face a essas necessidades. Tutelava a área de educação o Dr. Eduardo António Brazão de Castro. Em março de 1998, passou a ter a denominação de Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos de S. Roque e em 2011 o Governo Regional da Madeira em plenário de 10 de novembro de 2011, resolveu atribuir o nome do Dr. Eduardo Brazão de Castro.

Aquando da sua abertura, funcionavam cerca de 40 turmas distribuídas pelos 2.º e 3.º ciclos e secundário lecionando-se o ensino “regular” a cerca de 1100 jovens dos 10 aos 18 anos de idade. Passados 25 anos da sua fundação, a escola foi crescendo e modificando a sua atuação, tentando sempre compreender as particularidades da sociedade evolutiva, sendo isso única e exclusivamente possível pelo trabalho perpetrado pelos profissionais da instituição que a cada momento souberam acompanhar esse progresso.

A falta de interesse pelos currículos do ensino regular, a elevada desmotivação e dificuldades na conclusão dos cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos, problemas disciplinares, elevado absentismo e, conseqüentemente retenções sucessivas, são alguns dos problemas que desde sempre fizeram parte da rotina e as soluções surgiram criando-se turmas de currículos adaptados e de currículos alternativos (PCA) nos 2.º e 3.º ciclos, implementando cursos de qualificação profissional (CEF) destinados preferencialmente para jovens com elevado absentismo e com retenções sucessivas e cursos tecnológicos no ensino secundário.

A reduzida participação dos pais/encarregados de educação na vida escolar e o interesse da escola em sensibilizá-los para a relevância do sucesso escolar dos seus educandos e em aproximá-los do sistema, dotando-os de mais competências e ampliando os seus horizontes, levou à lecionação dos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) a partir do ano de 2009. A adesão a estes cursos foi notável desde os primeiros anos e agilizou, em certa medida, os canais de comunicação entre a escola e os pais/encarregados de educação.





A escola tem o seu espaço físico sediado em São Roque, mas o ambiente escolar, o ambiente de concretização e assimilação do conhecimento, circula em muitos outros espaços levando o direito à educação a todos os que pelas agruras da vida não foram capazes ou a escola não foi capaz de lhes conceder esse direito em tempo útil e na idade ideal.

A visão da estrutura de gestão da escola e a forma ativa e transformadora dos seus profissionais permitiram demonstrar que não é só na “escola” que se dá o processo educativo, tendo-se criado condições para exercer fora do edifício escolar verdadeiros microambientes onde decorrem processos educativos.

O contacto permanente da escola com os serviços de segurança social de Santo António e São Roque com o intuito de acompanhar as situações mais

problemáticas e o envolvimento das suas assistentes sociais na resolução dos problemas do “seu/ nosso” público levaram à criação de uma turma EFA de 2.º ciclo no Conjunto Habitacional de Santo Amaro no ano 2014.

A “escola” vai aos bairros sociais de Santo Amaro, Nazaré, Quinta Falcão, Ribeira Grande, e mais recentemente, Canto do Muro lecionar/ensinar jovens adultos e menos jovens, sendo esta solução para os adultos moradores nestes bairros, na situação de desemprego, com baixas qualificações académicas e ausência de qualificações profissionais, um sucesso, melhorando a qualidade de vida e os relacionamentos, contribuindo para o enriquecimento e desenvolvimento das capacidades individuais e competências pessoais. Promover a igualdade, a coesão social e a cidadania ativa são objetivos que se pretende continuar a trabalhar nestes centros.

Os primeiros formandos que se inscreveram no 2.º ciclo em 2014, já concluíram o curso EFA de nível B3 sendo titulares do 9.º ano de escolaridade, e neste momento muitos deles encontram-se a frequentar um curso EFA de Nível Secundário que confere como habilitações o 12.º ano de escolaridade.

Os desafios colocados pela mudança acelerada ressaltaram a importância da formação profissional e pessoal dos indivíduos, sendo fundamental contribuir para o desenvolvimento das competências dos formandos, com formações de curta duração. Neste sentido, em 2016 lançamos as formações modulares, destinadas essencialmente aos utentes do Instituto de Emprego da Madeira, centradas em áreas tão diversas do saber como a informática, as línguas estrangeiras, a criação e manutenção de jardins... procurando essencialmente responder às necessidades do mercado, concedendo este tipo de formação a possibilidade aos adultos de adquirirem mais competências escolares e profissionais, com vista a uma (re)inserção ou progressão no mercado de trabalho.

Em 2017, com a migração massiva de pessoas provenientes da Venezuela, foi necessário readaptar novamente a oferta formativa da escola passando a lecionar-se o Português para falantes de outras línguas. Este imperativo surge do direito de estes cidadãos se integrarem no país de acolhimento, sendo a língua um meio de acesso à plena cidadania, condição indispensável para o desenvolvimento pessoal, familiar, profissional, e cultural.

Estes projetos mantêm sempre presente o objetivo de estreitar os laços escola-família, escola-meio, envolvendo o maior número de intervenientes na realidade quotidiana da escola, e só foram possíveis de concretizar com a aprovação e comprometimento da Secretaria Regional que tutela a Educação.

Atualmente a escola representa uma comunidade educativa singular, envolvida por um meio sociocultural particular e, como tal, rege-se tendo por base todas estas especificidades de forma a alcançar o crescimento educativo dos seus discentes cumprindo o estipulado

no seu Projeto Educativo, que visa, entre outras finalidades, a promoção da igualdade de oportunidades de sucesso educativo/escolar através de medidas que contribuem para compensar desigualdades e resolver dificuldades específicas de aprendizagem e a promoção da educação ao longo da vida. Compete aos nossos agentes educativos assumir a complexidade do ensino atual, norteando a ação educativa no sentido de proporcionar aos intervenientes o desenvolvimento de princípios e valores considerados essenciais numa perspetiva de escola inclusiva e de educação para a cidadania.



A Voz da Investigadora

Uma educação que selecciona é uma sociedade que exclui



Liliana Rodrigues
Investigadora do CIE-UMa
Deputada ao Parlamento Europeu

Gostaria de hoje poder fazer uma reflexão convosco sobre a ideia do conhecimento, particularmente o vocacional, ser uma aprendizagem ao longo da vida.

educação permanente?

O conceito de educação ao longo da vida traz necessariamente a questão de igualdade de oportunidades, pois como educar e ser educado se há cada vez menos uma verdadeira visão do que seria a igualdade de oportunidades para aqueles que não sentem o mínimo interesse por uma educação amorfa e desligada da vida que teima em seguir as vias liceais? Neste sentido, tanto as capacidades como os interesses dos alunos deveriam ser nutridos por uma educação que, de facto, revele o princípio da **igualdade de oportunidades**².

Ora, isto não significa uniformizar o currículo. Significa antes tornar possível a todos e, segundo as capacidades e aptidões de cada um, uma aprendizagem significativa. Nenhum país pode promover uma verdadeira inclusão e desenvolver em igual acesso as oportunidades que o ensino oferece, quando as recompensas sociais são estabelecidas em

Sabemos que a tendência é termos, na Europa, cada vez mais alunos matriculados no ensino vocacional que é compreendido como uma aprendizagem ao longo da vida. **Nós concluímos que o ensino técnico e profissional, parte integrante da aprendizagem ao longo de toda a vida, tem um papel decisivo a desempenhar nesta nova era porque ele**

constitui um instrumento eficaz para realizar os objectivos de uma cultura da paz, do desenvolvimento sustentável do ambiente, da coesão social e da cidadania internacional¹. Este tipo de educação assume-se claramente como uma aprendizagem ao longo da vida e é aqui que nos sentimos perplexos: não serão todos os ensinamentos e aprendizagens forçosamente

A Voz da Investigadora

função dos diferentes tipos de ensino oferecidos pela própria sociedade. Uma educação que selecciona envolve uma sociedade que exclui.

O ideal de coexistência de diferentes culturas escolares (liceal, tecnológica e profissional) só será realizado e realizável quando os saberes **teóricos e os práticos, os abstractos e os concretos, os humanísticos, científicos, artísticos e técnicos**³ alcançarem a humildade científica e uma dimensão social em que nenhum saber é excepcional ou superno. Há saberes. A utilidade ou inutilidade de um conhecimento, nos nossos dias, parece passar não tanto pela sua proficuidade, mas pelo seu **status** social. As vantagens servem mais a uma elite que insiste num princípio da igualdade que recusa a paridade de oportunidades.

Igualdade de acesso (à escola, ao currículo, etc.) e de uso (realização da igualdade de acesso) não podem servir como condição suficiente numa

escola cada vez mais diversa e heterogénea. A igualdade educacional tem que ser real e não meramente formal. Aí a procura e os resultados escolares serão os indicadores fundamentais para percebermos se essa igualdade de oportunidades é efectuada. A igualdade em educação deverá ser uma **igualdade formal de oportunidades educacionais**⁴ onde o acesso seja garantido em condições formalmente idênticas. Deverá ainda promover uma **igualdade real de oportunidades educacionais**⁵ que garanta que a igualdade material se realize e **igualdade de uso dos bens educativos**⁶ onde diversidade social que teve acesso formal e real à educação possa utilizar esses mesmos bens.

Assegurar uma educação diferenciada através de alternativas curriculares é potencializar a própria escola. Qualquer percurso educativo é capaz de firmar saberes e, neste sentido, de descobrir um feixe de possibilidades conceptuais/

escolares que desenvolvam a aquisição de mestrias concretas que se desdobram e projectam atitudes e comportamentos necessários a um contexto socioprofissional tendencialmente imediato.

A revalorização dos ensinamentos tecnológico e profissional, entendidos como aprendizagem ao longo da vida, implica informação a todos os actores sociais, nomeadamente as empresas, sobre a evolução do emprego e das próprias ofertas que as escolas produzem. As vias curriculares profissionais exigem que sejam feitos contratos, protocolos e parcerias com as empresas e aqui devem ser realizados projectos comuns que adequem a oferta à procura. Estágios e formação informal⁷ devidamente planificada e estruturada são mais-valias num contacto que se pretende mediato com a realidade socioprofissional.

A produção de técnicos qualificados (quadros médios) implica que as instituições educativas acompanhem os alunos tanto no processo de transição entre a escola e a empresa, como na inserção no mercado de trabalho. A escola não pode abandonar os alunos quando estes finalizam os seus cursos. Tem que acompanhá-los para que não se perca abruptamente o objectivo da escola: orientar para a vida através das ferramentas que a educação pode dar.





A formação contínua é a valorização dos recursos humanos, com maior incidência nas áreas de comunicação, contacto e organização. A formação vocacional deve ser assumida, negando um passado retórico pouco claro, no aprender a aprender e onde a missão dos professores deverá garantir qualidade na formação geral. A cultura geral é a compreensão de um mundo que apreende a convergência da estrutura económica e educativa europeias.

Nenhuma formação geral pode dispensar a preparação para uma competência profissional, nenhuma formação profissional pode dispensar a consolidação das competências de base que são dadas pelo ensino geral⁸.

Os saberes são opções reais num modelo que recusava que determinadas disciplinas pertencessem unicamente a este ou aquele subsistema educativo. Isto significa e indica, nos dias de hoje, que o conhecimento não se encontra fechado, nem estanque num determinado tipo de escola, ou de currículo.

Assim, pretende-se direccionar a trajectória do jovem estudante para percursos profissionais mediatizados pelo mercado de trabalho e itinerários mais imediatos, nomeadamente a nível de ensino pós-secundário e superior. Atravessando uma crise de objectivos, o ensino secundário sempre se caracterizou pela monoculturalidade que produzia selectividade que teimosamente se furta à educação vocacional. De facto, **a perda progressiva de sentido e de inteligibilidade e a ruína do modelo escolar têm também de ser compreendidas à luz da evolução silenciosa comandada por uma espécie de deus ex machina de raiz económica.**⁹

As diferentes estratégias e metodologias educativas situam-se precisamente na evolução produtiva, nas novas necessidades e interesses sociais que pretendem responder, de alguma maneira, às transformações do mundo do trabalho. A escola já não é apenas o lugar onde se aprende. Ela também é a resposta adequada às necessidades e interesses de uma

sociedade meritocrática prisioneira da sua própria formação e da sua condição socioeconómica.

A escola parece já não ser o lugar da qualificação e da formação cívica, social e profissional mas é, antes, a arena onde os *melhores* são seleccionados porque, aparentemente, foram eles que maior esforço e investimento fizeram em termos pessoais.

É evidente que a escola tem que ser articulada com a vida activa e, por consequência, com a vida das empresas onde os jovens irão passar a maior parte da sua vida adulta. Mas é também manifesto que a escola tem que garantir um ensino de qualidade e isso exige que todos os agentes educativos participem. A heterogeneidade educativa numa Europa cada vez mais próxima deveria implicar uma opinião pública esclarecida e uma participação democrática que garanta um compromisso intelectual sem a imposição de um poder já por si pluralizado.

A educação meritocrática é avaliada pelo desempenho e a perversidade de uma apreciação quantificada de aquisições de conhecimentos por oposição às características individuais e sócio-culturais transforma a educação numa amálgama de estudos monoculturais que se recusam a ver que mais não se faz do que a manutenção de privilégios a grupos por si mesmos favorecidos.

Os jovens acreditam, ou acreditavam, que no prosseguimento de estudos está a possibilidade de uma melhor colocação no mercado de trabalho. É a promessa, implícita, de que quanto maiores forem as credenciais académicas melhores serão as posições de empregabilidade, com maiores salários e, por consequência, maiores probabilidades de ascensão social. Com a expansão da indústria no século XX e com o aparecimento do Homem Novo, o homem instruído, **todos, do mais elevado ao mais baixo da escala social, deviam colaborar nesse grande projecto que tinha um nome: progresso. E, nesse sentido, cada um deveria considerar-se como um operário. A instrução era o meio; o progresso, o fim**¹⁰.

Uma profunda revolução tecnológica assolou o passado século e **o facto, em toda a sua simplicidade, é que ninguém quer renunciar ao progresso, ao simples e vil progresso materialista**¹¹ e acreditamos que todos acabarão por beneficiar deste desenvolvimento nas sociedades modernas. Mesmo os países menos desenvolvidos serão, também eles um dia, sociedades transformadas e marcadas pela tecnociência. São as sociedades de bem-estar e de consumo cujo desenvolvimento socio-económico se deve mais aquilo que está para lá do que é necessário para a manutenção da natureza humana. Por isso mesmo, **são os vícios privados que constituem os benefícios públicos**¹².

(...) a crise na escola pública [deriva] não apenas de causas conhecidas e há muito diagnosticadas, mas, também, consequência das pressões competitivas e liberalizantes dirigidas (...) sobre os sistemas educativos directamente administrados e financiados pelos Estados. (...) a escola pública foi incumbida da tarefa de ajudar a concretizar o projecto societal impulsionado pelos ideais da Revolução Francesa (...)¹³.

O homem é o lugar onde a natureza se completa e onde se elimina a cegueira e a loucura. Deve o professor orientar para a realização da natureza de cada um em si próprio. Isto implica o esforço do amor e o afastamento das instituições que educam para a estranheza da luta social.

A pedagogia dos negociantes apenas espera da educação uma maior produção, portanto, mais lucro e mais *felicidade*, já que entende que a formação para a cultura de mercado permite o ganho da moeda e que a moeda pode comprar a *felicidade*. E o Estado tem aqui as suas responsabilidades: pretende formar para adequar, isto é, pretende integrar os estudantes através de um aprendizado adequado e de uma profissão oficial para assim gerar conformidade neles.

Muitas vezes, o próprio currículo está ao serviço destes homens de negócios, destes grupos e do Estado. Mas não se educa



para os empregos existentes. Podemos apenas instruir para a empregabilidade. E aqui o Estado assume-se como verdadeiro formador de alunos e professores em função dos seus próprios interesses.

O funcionalismo e o lucro fizeram do Estado um guia da educação formal e isso é fazer da educação um motor que produz conhecimentos que são adequação à época. A servidão das instituições educativas ao Estado, à indústria e ao mercado e à igreja (noutros tempos?) são os sinais da decadência da educação, já que nela, muitas vezes, encontramos alguns que não são educadores, mas apenas *instrutores* que pela irreflexão e inconsciência caíram na arrogância do seu saber fragmentado.

Será que o que temos feito é a mera promoção de determinadas representações nas consciências dos nossos alunos? Mas não consiste a tarefa educativa fazer com que os alunos persigam a decifração das suas representações? A educação é esse engenhoso poder de compreensão das representações que se ocultam na futilidade de uma cultura empobrecida. Assim, a consideração do valor das representações é um indicador que pode determinar o valor da cultura pedagógica que temos.

Neste sentido, deixo à vossa reflexão a ideia da educação e do currículo que a sustenta serem entendidos

como verdade e conhecimento - Quando perguntamos o que deve ser ensinado? Deveríamos ampliar a questão para o que é que constitui um conhecimento válido ou verdadeiro?

como subjetividade - o que é esse alguém que se pretende modificar? Quem é? Porquê essa modificação e não outra?

como valor porque o acto educativo é per se valorativo e, neste sentido, de quem são os valores? A quem servem? Quais as forças que estão por detrás do processo valorativo? São um sinal de quê?

como poder - O que motiva o processo? Que relações mantém com as outras instituições? É um sintoma de quê? É o poder de incluir ou excluir.

Por fim, questionar-vos se temos tempo para a reflexão sobre a aprendizagem que será sempre ao longo da vida. Se há lugar para a educação para a vocação e não a mera mercantilização da educação?

Bastará um olhar atento à industrialização da educação pelo modelo fabril e termos a resposta.

Referências

- ALVES, M. J. (1999). *Crises e Dilemas do Ensino Secundário – em busca de um novo paradigma*. Porto: CRIAP – Ed. ASA
- PIRES, E., FERNANDES, A. e FORMOSINHO, J. (2001). *A Construção Social da Educação Escolar*. Porto: Ed. ASA
- RIBEIRO, A. C. (1990). *Desenvolvimento Curricular*. Lisboa: Texto Ed.
- AZEVEDO, J. (2000). *O Ensino Secundário na Europa*. Porto: Ed. ASA
- POMBO, O. (org.) (2000). *Quatro Textos Excêntricos*. Lisboa: Relógio D'Água
- SMITH, A. (2006). *Riqueza das Nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. II. 4ª ed.
- SMITH, A. (2006). *Riqueza das Nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. I. 5ª ed.
- SIMON, O. et al. (2001). *Educação Não-Formal – Cenários da Criação*. Campinas: Ed. Unicamp

Outras Fontes

- II Congresso Internacional sobre Ensino técnico e profissional, p.3 in: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001160/116096por.pdf>
- Decreto-Lei n.º 553/80 – aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo
- Decreto-Lei n.º 74/2004 de 26 Março – estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens, no nível secundário de educação. É rectificado pelo Decreto-Lei n.º 44/2004.

Notas

- ¹ II Congresso Internacional sobre Ensino técnico e profissional, p.3 in: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001160/116096por.pdf>
- ² LBSE, art.º2, n.º2; art.º12, n.º2, alínea a); art.º23, n.º3, alínea b), art. 24, n.º1, art. 37, n.º2; Decreto-Lei n.º553/80 – Preâmbulo
- ³ Idem, *Crises e Dilemas do Ensino Secundário – em busca de um novo paradigma*, p. 28
- ⁴ PIRES, E. et al., *A Construção Social da Educação Escolar*, p. 171
- ⁵ Idem, Ibidem
- ⁶ Idem, Ibidem
- ⁷ (...) **a distinção entre currículo formal e informal[exprime]a diferença entre o que é formalmente planeado e organizado para promover aprendizagens explicitamente definidas e aquelas actividades estruturadas (...) que não se orientam por intenções explícitas de aprendizagem planificada e sistemática. (...) [Afirmam-se] como “complemento curricular” em que a intencionalidade formativa é clara, embora a sua organização obedeça a critérios diferentes das actividades propriamente curriculares.** RIBEIRO, C., *Desenvolvimento Curricular*, p. 19
- ⁸ Grupo de Reflexão sobre Educação e Formação in idem, op. cit., p. 224
- ⁹ ALVES, M., *Crises e Dilemas do Ensino Secundário – Em busca de um novo paradigma*, p. 17
- ¹⁰ WEIL, E., “A educação enquanto problema do nosso tempo” in *Quatro Textos Excêntricos*, p. 58
- ¹¹ Idem, <, p. 59
- ¹² SMITH, A., *A Riqueza das Nações*, p. 59
- ¹³ AFONSO, A.J., “Os Lugares da Educação” in SIMON, O. et al. (org), *Educação Não-Formal – Cenários da Criação*, p.29

Notícias

X Congresso Português de Sociologia Universidade da Beira Interior, Covilhã 10 a 12 de julho de 2018

«Na era da “pós-verdade”? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal Contemporâneo» é o tema do X Congresso Português de Sociologia, que vai realizar-se na Covilhã, Universidade da Beira Interior, de 10 a 12 de julho de 2018. Mais informações em <http://aps.pt/pt/congresso-portugues-sociologia/>



IV Simpósio Luso-Brasileiro de Estudos da Criança Por uma luta sem fronteiras na defesa dos direitos das crianças Centro de Convenções da Pontifícia Universidade Católica de Goiás 22 a 25 de agosto de 2018



O IV Simpósio pretende ser um marco na luta pelos direitos das crianças portuguesas e brasileiras. No fim do evento espera-se que seja produzido uma moção no que se refere às principais reflexões que permitam aos governantes dos dois países refletirem pelo que se subsume do tema desta edição. Seja na definição, construção ou implementação de políticas públicas, o IV Simpósio pretende convergir estudos, vozes e propostas na garantia de direitos às crianças. O IV Simpósio Luso-Brasileiro das Crianças busca trazer o protagonismo das crianças no que se refere a seus direitos. Mais informações em:

<http://sites.pucgoias.edu.br/eventos/estudosedacrianca/>

III Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação

8 a 10 de fevereiro de 2018

Instituto de Educação – Universidade do Minho

A condição de criança e a condição de jovem só podem ser compreendidas nas sociedades democráticas contemporâneas a partir de abordagens mais interdisciplinares, com quadros teórico-conceituais e de investigação empírica produtores de novos sentidos, e que tenham por referência realidades sociais, políticas, culturais e educacionais cada vez mais instáveis, complexas e heterogêneas. Por seu lado, a condição de aluno, que se cruza, de múltiplas formas, com a condição de criança e com a condição de jovem, tem vindo a ganhar uma outra centralidade, nomeadamente, em trabalhos de investigação no campo das ciências sociais da educação. Todavia, a reatualização de (velhos) objetos de estudo ou a imaginação de outros objetos

de estudo, mais avançados e inovadores, não prescindem da necessidade de visitar ou reconvocar paradigmas, teorias e conceitos que constituem o background dos campos científico e metodológico a que referenciamos, direta ou indiretamente, os trabalhos de investigação e as nossas práticas profissionais e educativas. O III Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação pretende mobilizar uma pluralidade de olhares e constituir um lugar de encontro e de intercâmbio onde seja produtivo, do ponto de vista científico e profissional, partilhar experiências, disponibilizar novos conhecimentos e dar conta de novas perspetivas sobre as crianças e os jovens, desde a educação da infância ao ensino secundário.



XXV Colóquio da AFIRSE Portugal

1, 2 e 3 de fevereiro de 2018

Instituto de Educação – Universidade de Lisboa

Este será um Colóquio especial, uma vez que se completam trinta anos de realização de colóquios nacionais e de colaboração na concretização das iniciativas da AFIRSE Internacional, a primeira das quais data de 1988. Por esta razão, o XXV Colóquio está aberto a todas as temáticas da história da AFIRSE em Portugal, que são as grandes temáticas da Educação.

Simultaneamente, o Colóquio será uma oportunidade para se fazer o balanço e a comemoração do contributo da AFIRSE para o desenvolvimento da educação, em Portugal e nos países que nos dão a honra de participar nos nossos colóquios. Dentro desta abrangência concetual, o Colóquio inclui também um debate sobre a formação superior na área das ciências da educação com a participação de representantes de universidades públicas portuguesas.

Será também a oportunidade de olhar para o futuro à luz do trabalho de investigação que foi desenvolvido em Portugal no campo da Educação desde que a Secção Portuguesa da AIPELF (depois AFIRSE) iniciou o seu trabalho no nosso país. Pelas mãos de Albano Estrela e Maria Teresa Estrela.

I Ciclo de Seminários Temáticos

Ética e Investigação Científica

Universidade Católica

Portuguesa, Porto

15 de fevereiro de 2018

Seminário Final do UNi+ Programa de Prevenção da Violência no Namoro em Contexto Universitário

14 de fevereiro, ISMAI



No Seminário serão apresentados os resultados do Programa UNi+, nomeadamente os que têm que ver com o Estudo Nacional da Violência no Namoro e o Observatório da Violência no Namoro. Estarão presentes vários/as especialistas e representantes de entidades com investigação e intervenção reconhecida na área. Será ainda lançado o livro Violências no Namoro.

A entrada no evento é gratuita, mas sujeita a inscrição até 12.02.2018.

6th International Congress of Educational Sciences and Development

Setúbal, 21-23 Junho, 2018

Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal



Este congresso tem como destinatários académicos e profissionais, investigadores e docentes, educadores e estudantes, gestores e diretores escolares, cobrindo todos os níveis do sistema educativo formal e contextos informais de aprendizagem e educação. Os temas em análise abarcam todos os âmbitos das Ciências da Educação e da Psicologia do Desenvolvimento, tomando aspetos teóricos e práticos da Educação Familiar, Escolar e Comunitária, desde a infância à idade adulta, numa lógica de educação permanente. Em síntese, estamos face a um congresso que reúne académicos, investigadores e profissionais dos campos da Psicologia, Pedagogia, Psicopedagogia, Educação Social, Educação de Adultos, Formação Profissional, Trabalho Social, Sociologia, Formação de Professores, Ensino (...) interessados em partilhar e debater conhecimentos teóricos e práticos, projetos de investigação e programas de intervenção, em torno das diversas áreas temáticas abordadas.

Seminário “Design Thinkers em (Educ)Ação”

Desafios da e na Educação

10 de fevereiro

Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica

Sugestões de leitura

Livros e Estudos

(Re)pensar e (re)fazer a avaliação das aprendizagens: o papel da supervisão colaborativa em contexto escolar,

de Olga Pinto Basto

Refira-se que este trabalho teve a orientação da Professora Flávia Vieira. Apresenta-se de seguida o resumo da tese:

Já está disponível no Repositório da Universidade do Minho a tese (Re)pensar e (re)fazer a avaliação das aprendizagens: o papel da supervisão colaborativa em contexto escolar, da Professora Olga Maria de Sá Pinto Basto, no seguinte link: <http://hdl.handle.net/1822/48635>



“Apesar dos avanços teóricos e legislativos no campo da avaliação formativa das aprendizagens na escola, as práticas de avaliação continuam aquém do desejável, importando reforçar a formação de professores e aliar a investigação ao seu desenvolvimento profissional e à inovação pedagógica. O presente estudo, realizado na especialidade da supervisão pedagógica com incidência na avaliação das aprendizagens,

visou promover a reconstrução de conceções e práticas de avaliação através da supervisão colaborativa, concretizando-se na dinamização e avaliação de uma ação de formação contínua na modalidade de Círculo de Estudos, intitulada (Re)pensar e (re)fazer a avaliação das aprendizagens, onde a investigadora assumiu o papel de formadora e cujos participantes foram sete professores de diferentes disciplinas e níveis do Ensino Básico do seu agrupamento de escolas. Os objetivos de investigação, aliados ao desenvolvimento profissional para a inovação das práticas, eram: conhecer e analisar conceções e práticas no âmbito da avaliação das aprendizagens; identificar áreas problemáticas da avaliação das aprendizagens (dificuldades, dilemas, paradoxos, constrangimentos); desenvolver e avaliar experiências de avaliação formativa com potencial

transformador; avaliar o impacto da supervisão colaborativa no desenvolvimento profissional e na transformação das práticas de avaliação. O estudo enquadrava-se num paradigma interpretativo da investigação educacional, assumindo a forma de estudo de caso de natureza descritiva e interpretativa, em que o caso coincide com o Círculo de Estudos, ilustrando o potencial da supervisão colaborativa na reconstrução de conceções e práticas de avaliação, através do questionamento dessas conceções e práticas e do desenvolvimento de experiências de avaliação formativa. As estratégias de recolha de informação junto dos participantes foram o inquérito (por questionário e entrevista) e a produção de documentos profissionais (registos reflexivos, planos de intervenção, narrativas de experiências, relatórios de ação). A investigadora registou notas de campo e redigiu um

Livros e Sugestões

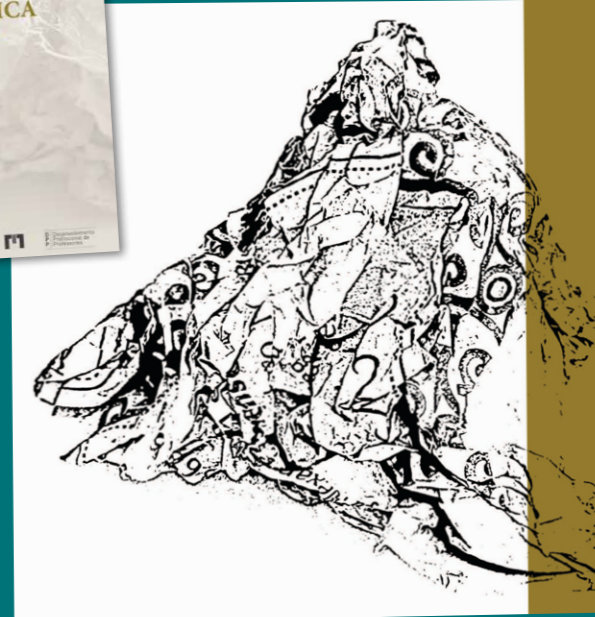


diário de investigação. A análise da informação foi essencialmente de natureza qualitativa. Com base na análise e triangulação da informação recolhida, concluiu-se que uma formação reflexiva, experiencial e colaborativa pode contribuir para: expandir a compreensão dos princípios da avaliação formativa; promover uma aproximação das práticas a estes princípios; desocultar constrangimentos, dilemas e contradições que afetam a avaliação; criar um sentido de comunidade que contraria o isolamento profissional. Os resultados do estudo revelam que é possível explorar a avaliação formativa em diferentes contextos, e que a formação pode elevar a consciência crítica dos professores face a possibilidades e constrangimentos dessa avaliação, assim como reforçar a sua predisposição para a mudança. Embora circunscrito a um caso, o estudo pode contribuir para uma maior compreensão do papel da supervisão colaborativa na construção de uma avaliação mais formativa nas escolas.”

A Excelência Académica e a Escola Pública Portuguesa, organizado por Leonor Torres e José Palhares

Apesar de a excelência académica ser na atualidade um eixo central da política educativa em Portugal e na Europa, pouco se tem investigado sobre este tópico. Os resultados difundidos nesta obra procuram evidenciar quais os principais fatores que promovem percursos de excelência. A realidade educativa portuguesa tem vindo a desenvolver-se ancorada na influência desta mesma agenda,

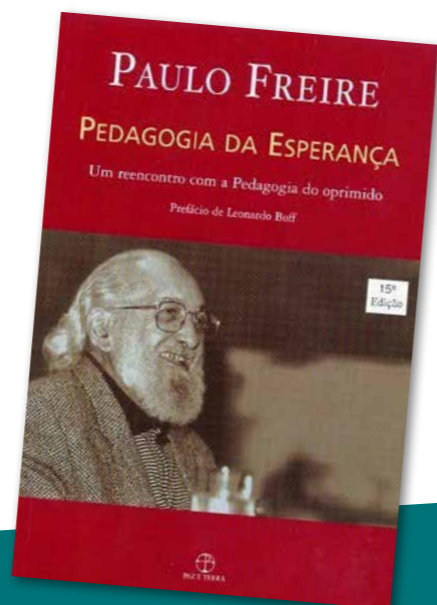
quer através da reconfiguração dos valores democráticos do sistema público de educação (igualdade, inclusão e cidadania), quer pela promoção de múltiplos dispositivos de controlo, de monitorização dos resultados e de racionalização de recursos. De que forma as escolas concretizam a sua missão? De que forma usam a sua margem de autonomia relativa para responder às pressões do Estado e do mercado?



Pedagogia da Esperança Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire

Um livro que recupera da história vivida os temas suscitados pela Pedagogia do Oprimido e que permaneceram como núcleo de debates sociais e educacionais dos últimos vinte anos. O autor, em estilo cativante, percorre o tempo e

os continentes, narrando os factos e levantando os temas que nutriram lutas e animaram importantes movimentos políticos no período. (sinopse retirada de: <https://www.fnac.pt/Pedagogia-da-esperanca-16%C2%AAed-Varios/a636995?omnsearchpos=1#>)



O Governo das Escolas Democracia, Controlo e Performatividade, Organizado por Licínio Lima e Virgínio Sá



Em torno do governo das escolas, e partindo da análise da situação em diferentes países, os autores adotam aqui distintos olhares teóricos e metodológicos, registos variados, mas em geral incidindo sobre:

- Os fenómenos de erosão democrática no governo e na administração das escolas;
- Os impactos que as políticas públicas inspiradas nas abordagens gerencialistas têm conhecido em contextos diversos;
- Os discursos e conceitos de autonomia, descentralização e participação, hoje sujeitos a abordagens que chegam a ser antagónicas quanto aos seus pressupostos políticos e educativos;

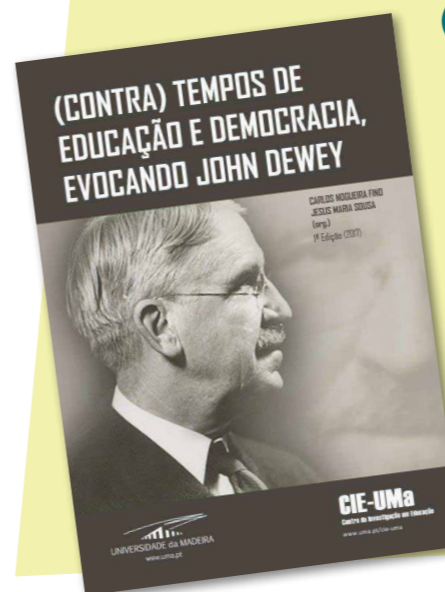
- A revalorização da figura de diretor ou gestor escolar, seja numa perspetiva política de governo das escolas através de um rosto bem identificado e do seu direito de gerir, seja a partir de uma justificação de tipo técnico-instrumental, ou seja, ainda, com base na defesa da necessidade de uma mais forte liderança pedagógica das escolas e dos professores;

- A gestão pela produção, medição e controlo dos resultados escolares em ambiente crescentemente competitivo, através de avaliações em grande escala, da elaboração de rankings e de outros processos que só raramente contribuem para a compreensão dos fatores que influenciam a desigualdade de resultados escolares no interior da mesma escola.

Berra-Me Baixo 21 Dias para Deixares de Gritar com o teu Filho, de Magda Dias

As suas manhãs começam com gritos e ao final do dia o cenário repete-se? Então precisa deste livro para melhorar a sua qualidade de vida familiar, e também a relação com os miúdos. Ninguém quer passar os dias a gritar com filhos em zangas, gritaria, castigos ou ralhetes constantes. Magda Gomes Dias traz-lhe um desafio irrecusável: 21 dias, quatro semanas, para deixar de berrar com o teu filho. Como? Na primeira semana, tomamos consciência dos nossos comportamentos. O que nos faz gritar? Sim, porque a culpa de gritarmos não é dos nossos filhos, é nossa... Na segunda semana, falamos da relação que temos com eles. E os

ingredientes são três: firmeza, mimo e paciência. Na terceira, entramos em estágio com todas as situações que nos deixam fora de controlo, e percebemos a forma certa de lidar com elas. Finalmente, na quarta semana percebemos que afinal não foi assim tão complicado mudar, e descobrimos o nosso papel enquanto pais. Com mais qualidade de vida e menos gritaria. Com casos, conselhos e exercícios práticos, este livro vai fazer com que o leitor deixe de sentir vontade de 'dar dois berros' e, mais importante ainda, vai trazer uma relação mais harmoniosa e feliz com os filhos.



(Contra) Tempos de Educação e Democracia, evocando John Dewey, organizado por Carlos Nogueira Fino e Jesus Maria Sousa

Lançado por alturas da II Conferência Internacional de Educação Comparada que se realizou na Reitoria da Universidade da Madeira,

Aconteceu...

> **Hacerle un lugar a la divergencia o el derecho a una educación para todos. Notas sobre la inclusión educativa a partir del ejemplo de los sordos**

Decorreu no dia 24 de janeiro, no Auditório 1 da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto a conferência de Andrea Benvenuto, intitulada “Hacerle un lugar a la divergencia o el derecho a una educación para todos. Notas sobre la inclusión educativa a partir del ejemplo de los sordos”. Andrea Benvenuto pertence ao Centre d’Études des Mouvements Sociaux (IMM – UMR 8178 CNRS/EHESS) da École des Hautes Études en Sciences Sociales, França. Tratou-se de uma organização do domínio “Especialização em Educação, Surdez e Língua Gestual” do Mestrado em Ciências da Educação. A conferência foi proferida em espanhol e teve tradução em LGP - Língua Gestual Portuguesa.

> **Flexibilização curricular, avaliação e justiça curricular**

Decorreu no dia 23 de janeiro, no Auditório 1 da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) o 1.º debate de 2018 sobre Flexibilização Curricular, Avaliação e Justiça Curricular, organizado pelo OBVIE – Observatório da Vida nas Escolas, no âmbito mais vasto dos debates intitulados “Mudam-se os Tempos, Mudam-se as Vontades: Flexibilizar e Inovar numa Escola em Transformação”. Foram intervenientes João Costa, Secretário de Estado da Educação, Maria Manuel Guedes da Direção do Agrupamento de Escolas de Vilela, Joaquim de Azevedo da Universidade Católica, tendo a moderação de Ariana Cosme da FPCEUP.

> **Processos Formativos e Investigação Narrativa no Cruzamento de Experiências em Portugal e no Brasil**

Organizado pelos Grupos de Investigação de Currículo e Formação de Professores (Maria João Mogarro) e de História da Educação (Joaquim Pintassilgo), decorreu no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, no dia 25 de janeiro, o seminário Processos Formativos e Investigação Narrativa no Cruzamento de Experiências em Portugal e no Brasil. O campo da formação de professores tem vindo a consolidar-se com novas investigações, que realçam as mudanças introduzidas com o designado processo de Bolonha e o papel fundamental que as práticas ocupam nos processos formativos, dando visibilidade às vozes de professores, futuros docentes e outros profissionais da educação através dos discursos narrativos que expressam as suas experiências vividas em contextos educativos. Neste sentido, o seminário coloca em diálogo diferentes experiências desenvolvidas em Portugal e no Brasil, contribuindo para um conhecimento mais aprofundado sobre o tema e para o desenvolvimento de novas colaborações entre os dois países.